30/11/2020

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
981.825 SÃO PAULO**

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
REDATOR DO : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
ACÓRDÃO
EMBTE.(S) : TELCOMP - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS
PRESTADORAS DE SERVICOS DE
TELECOMUNICACOES COMPETITIVAS
ADV.(A/S) : LUÍS JUSTINIANO DE ARANTES FERNANDES E
OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
EMBDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO

EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. NORMAS PARA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE ANTENAS TRANSMISSORAS DE ONDAS ELETROMAGNÉTICAS. INVASÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TELECOMUNICAÇÕES.

1. Cabem embargos declaratórios para sanar omissão no julgado.

2. No exame da ADI 3110 (Min. EDSON FACHIN, DJ de 10/6/2020), o Plenário desta CORTE julgou inconstitucional lei local que tratava da instalação de antenas transmissoras de telefonia celular, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações, exercida por meio das Leis 9.472/1997 e 11.934/2009.

3. No julgamento do ARE 929.378 AgR (Min. LUIZ FUX, DJ de 4/9/2020), a Primeira Turma assentou que “a promoção do adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e a proteção do patrimônio histórico-cultural local não autorizam os municípios a dispor sobre

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

matérias que a própria Constituição Federal reserva às competências legislativa e material da União”.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, de modo a dar provimento ao agravo interno e ao Recurso Extraordinário da TELCOMP, para julgar inteiramente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade; ficando prejudicados o agravo interno e o recurso extraordinário da Câmara Municipal de São Paulo e de seu Presidente

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual da Primeira Turma, sob a Presidência da Senhora Ministra ROSA WEBER, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por maioria, acordam em acolher os embargos de declaração com efeitos infringentes, de modo a dar provimento ao agravo interno e ao Recurso Extraordinário da TELCOMP, para julgar inteiramente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade; ficam prejudicados o agravo interno e recurso extraordinário da Câmara Municipal de São Paulo e de seu presidente, nos termos do voto do Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros ROSA WEBER, Relatora, e MARCO AURÉLIO.

Brasília, 30 de novembro de 2020.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Redator para o Acórdão

24/08/2020

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
981.825 SÃO PAULO**

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
REDATOR DO : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
ACÓRDÃO
EMBTE.(S) : TELCOMP - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS
PRESTADORAS DE SERVICOS DE
TELECOMUNICACOES COMPETITIVAS
ADV.(A/S) : LUÍS JUSTINIANO DE ARANTES FERNANDES E
OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
EMBDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Contra o acórdão pelo qual esta Primeira Turma negou provimento ao agravo regimental, opõe embargos de declaração a Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp). Com amparo no art. 1.022 do CPC, reputa omissis e contraditório o julgado.

Alega omissão e ausência de fundamentação *“quanto aos temas de fundo suscitados no Recurso Extraordinário e realçados no Agravo Interno”*. Assevera que *“o acórdão embargado, nos moldes em que foi proferido, não apreciou a fundamentação da ora Embargante a respeito dos pontos que evidenciam que o município promulgou lei referente aos serviços de telecomunicações e uso dos respectivos equipamentos, a pretexto de legislar sobre saúde pública, erroneamente enquadrada como disposição acerca do uso do solo”*.

Sustenta omissão sobre:

“- os argumentos apresentados pela agravante para se reconhecer a inconstitucionalidade do artigo 25 e parágrafo único do Capítulo VII da Lei Municipal;

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

- a inconstitucionalidade dos artigos 29 e 30 - Ofensa ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito – Artigos 5º, XXXVI da Constituição Federal;
- as alegações de inconstitucionalidade de toda a norma derivada da inconstitucionalidade de seu artigo 1º no trecho em que trata da instalação específica de ERBs;
- a descon sideração do disposto no artigo 9º da Lei 9.868/99 que arrostam o disposto nos artigos 93, IX e 125, §2º, da Constituição Federal;
- a violação ao princípio federativo;
- a inconstitucionalidade do artigo 6º e seus incisos, art. 10, IV e art. 15, XI;
- a análise empreendida pelo acórdão embargado sobre a inconstitucionalidade do Art. 11;
- a inconstitucionalidade do artigo 6º, parágrafo único;
- a alegação de inconstitucionalidade do art. 10, I, III, VI, VII, VIII, IX, § 5º;
- a violação, pelo artigo 18 da Lei Municipal em questão, dos princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco;
- os efeitos das exigências que vão além das ERBs diretamente afetadas.”

Declaratórios opostos sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

É o relatório.

24/08/2020

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
981.825 SÃO PAULO**

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Satisfeitos os pressupostos extrínsecos, passo à análise do mérito dos embargos de declaração.

O acórdão embargado está assim ementado:

“DIREITO CONSTITUCIONAL E URBANÍSTICO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. TORRE DE TELEFONIA MÓVEL. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. PRECEDENTES. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. O entendimento da Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. A Constituição da República confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, neles compreendidos o uso e a ocupação do solo urbano no seu território. Precedentes. 2. Inexiste violação do art. 93, IX, da Constituição Federal. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento. Enfrentadas todas as causas de pedir veiculadas pela parte capazes de, em tese, influenciar o resultado da demanda, fica dispensado o

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

exame detalhado de cada argumento suscitado, considerada a compatibilidade entre o que alegado e o entendimento fixado pelo órgão julgador. 3. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 4. Agravo regimental conhecido e não provido.”

Não há vícios a sanar.

Verifico, de plano, nítido o caráter meramente infringente com o qual opostos os declaratórios, uma vez que o embargante deixou de indicar, a rigor, qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material, tendo se restringido, a pretexto de indicar omissão, a atacar os fundamentos do julgado, hipótese que não se insere no rol art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Reputo truísmo mencionar que o ônus da impugnação especificada, sem o que inviável a apreciação de recurso, consubstancia indeclinável dever processual, albergado não só pelos Códigos de Processo Civil tanto de 1973 quanto de 2015, mas também pelo Regimento Interno desta Casa.

Essa orientação se coaduna com o firme entendimento desta Suprema Corte de que constitui pressuposto de todo e qualquer recurso a fundamentação específica e suscetível de atacar a decisão recorrida. Nesse diapasão, os seguintes precedentes, prolatados sob a vigência do CPC de 2015: ARE 935684 AgR, Tribunal Pleno, Relator Min. Ricardo Lewandowski, DJe 02.9.2016; ARE 958585 AgR, Tribunal Pleno, Relator Min. Ricardo Lewandowski, DJe 02.9.2016; ARE 974823 AgR, 2ª Turma, Relator Min. Teori Zavascki, DJe 08.9.2016; ARE 919185 AgR, 2ª Turma, Relatora Min. Cármen Lúcia, DJe 29.8.2016; ARE 887116 AgR, 1ª Turma, da minha lavra, DJe 25.8.2016; e RE 630122 AgR-ED, 1ª Turma, Relator Min. Edson Fachin, DJe 25.11.2015.

Por conseguinte, inexistentes os pressupostos de embargabilidade.

De qualquer sorte, não se ressente o julgado de qualquer vício passível de aclaratórios, devidamente explicitadas as razões de decidir e enfrentadas as **questões necessárias e suficientes** ao deslinde da controvérsia, consideradas, nos termos do art. 489, IV, do CPC, bem como

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

da jurisprudência desta Corte, aquelas assertivas recursais capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador. Precedentes: AR 2374 AgR-ED, Tribunal Pleno, Relator Min. Teori Zavascki, DJe 15.9.2016, e ARE 919777 AgR-ED, Tribunal Pleno, Relator Min. Ricardo Lewandowski (Presidente), DJe 21.9.2016.

Observo ausente a alegada omissão na decisão embargada, haja vista didaticamente explanado o entendimento de que não ocorreu violação do art. 93, IX, da Lei Maior. Nesse contexto, consignado que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige tão só a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões hábeis e suficientes a conduzir ao entendimento esposado, desnecessário o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes.

Em reforço, anoto reafirmada tal compreensão pelo Plenário desta Suprema Corte, segundo a qual a decisão deve ser fundamentada, ainda que sucintamente, mas se revela prescindível o enfrentamento de todas as alegações - inconfundíveis, destaque-se, com "*causas de pedir*" -, invocadas pela parte. Nesse compasso, não há falar em ofensa à Constituição Federal, à luz do paradigmático precedente firmado no AI 791.292-QO-RG (Tema nº 339 da Repercussão Geral), cuja ementa transcrevo:

“Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.”

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Gizo, portanto, claramente assinalado na decisão fustigada que a fundamentação do acórdão de origem se alinha às diretrizes do Supremo Tribunal Federal esposadas no precedente supra.

Destaco, por oportuno, acerca das apontadas omissões quanto à inconstitucionalidade da legislação municipal, didaticamente registrado que o entendimento adotado no acórdão recorrido não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que *“A Constituição da República confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, neles compreendidos o uso e a ocupação do solo urbano no seu território”*.

A esse respeito, torno a enfatizar, firme na jurisprudência desta Suprema Corte, o entendimento de que aos municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local, entre eles, o uso e a ocupação do solo urbano em seu território, que abrange a disciplina sobre instalação de torres de telefonia móvel. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. INSTALAÇÃO DE TORRES DE TELEFONIA. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. ASSUNTO DE INTERESSE LOCAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. I - A edição de legislação sobre assuntos de interesse local, tal como o uso e a ocupação do solo urbano em seu território, que abrange a disciplina sobre instalação de torres de telefonia, insere-se no rol de competência dos municípios. Precedentes. II - Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC” (RE 939557 AgR, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 27.4.2020, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-109 DIVULG 04.5.2020 PUBLIC 05.5.2020).

De outra parte, destaco expressamente consignado que compreensão diversa do entendimento da Corte de origem demandaria a análise da legislação infraconstitucional apicada, o que foge à competência constitucional prevista no art. 102, “a”, da Lei Maior.

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Ressalto, efetivamente afastada a alegada violação do art. 125, § 2º, da Lei Fundamental, firme nesta Suprema Corte o entendimento de que o controle abstrato de constitucionalidade das leis ou atos normativos estaduais e municipais em face da Constituição Estadual compete aos Tribunais de Justiça dos Estados.

Saliento não se ressentir do vício da omissão, ao feitio legal, o *decisum* no qual se assenta, de forma inequívoca, a inviabilidade do apelo extremo, haja vista a ausência de divergência entre o entendimento adotado no acórdão recorrido e a jurisprudência desta Suprema Corte.

De mais a mais, enfatizo que a contradição sanável por aclaratórios é aquela intrínseca à decisão embargada, vale dizer, a que se revela no confronto entre os fundamentos do julgado embargado e a respectiva conclusão. Nesse sentido, recorro o seguinte precedente:

“Embargos de declaração no agravo regimental no agravo de instrumento. Matéria criminal. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição ou obscuridade. Embargos rejeitados. 1. No julgamento do agravo regimental, as questões postas pela parte embargante foram devidamente enfrentadas, nos limites necessários ao deslinde do feito. Inexiste, portanto, qualquer dos vícios do art. 337 do RISTF. 2. Segundo a jurisprudência desta Corte, a contradição que autoriza opor o recurso declaratório deve ser interna à decisão, verificada entre os fundamentos do julgado e a sua conclusão, o que não ocorreu no caso em tela. 3. Embargos de declaração rejeitados” (AI 853.653-AgR-ED, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 09.8.2012).

Por seu turno, ausente descompasso lógico entre os fundamentos adotados e a conclusão do julgado, afasta-se a tese veiculada nos embargos declaratórios de que contraditório ou obscuro o *decisum*.

Enfim, não se prestam os embargos de declaração, em qualquer hipótese, não obstante a vocação democrática que ostentam e presente a finalidade precípua de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, para o reexame das questões de fato e de direito já apreciadas.

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Não configuradas, portanto, quaisquer das hipóteses elencadas no art. 1.022 do CPC, evidenciando-se tão somente o inconformismo da parte com a decisão que lhe foi desfavorável.

Embargos de declaração rejeitados.

É como voto.

**EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
981.825 SÃO PAULO**

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
EMBTE.(S) : TELCOMP - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS
PRESTADORAS DE SERVICOS DE
TELECOMUNICACOES COMPETITIVAS
ADV.(A/S) : LUÍS JUSTINIANO DE ARANTES FERNANDES E
OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
EMBDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES: Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão da Primeira Turma, assim ementado:

“EMENTA DIREITO CONSTITUCIONAL E URBANÍSTICO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. TORRE DE TELEFONIA MÓVEL. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. PRECEDENTES. LIMITES. MATÉRIA DISCIPLINADA EM LEGISLAÇÃO FEDERAL. DIREITO PENAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. O entendimento da Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. A Constituição da República confere aos municípios competência para legislar

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

sobre assuntos de interesse local, neles compreendidos o uso e a ocupação do solo urbano no seu território. A competência constitucional dos Municípios para legislar sobre interesse local não os autoriza a estabelecer normas que veiculem matérias que a própria Constituição atribui à União ou aos Estados. Precedentes.

2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Agravo regimental conhecido e não provido.

(RE 981825 AgR-segundo, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 25/10/2019, DJe 21-11-2019)”

Em suas razões, a parte embargante sustenta o seguinte:

(a) “restou omissa o acórdão ora Embargado no que tange à fundamentação do Agravo Interno que comprova que houve usurpação da competência em virtude da tratativa direta da prestação dos serviços de telecomunicações e não de regulação do uso do solo”;

(b) o aresto embargado deixou de se pronunciar sobre o “desvio de finalidade do legislador local, que não pode alegar estar disciplinando a instalação de torres quando, indiretamente, está pretendendo regular o próprio serviço público federal – em confronto com a União Federal”;

É o relatório.

Trata-se, na origem, de Representação de Inconstitucionalidade proposta pela ora embargante (TELCOMP – Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas) em face da Lei 13.756/2004, do Município de São Paulo.

Eis a norma impugnada:

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

LEI Nº 13.756, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO-BASE - ERB, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 19 de dezembro de 2003, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Capítulo		I
DAS	DISPOSIÇÕES	GERAIS

Art. 1º A instalação e o funcionamento, no Município de São Paulo, de postes, torres, antenas, contêineres e demais equipamentos que compõem as Estações Rádio-Base, destinadas à operação de serviços de telecomunicações, fica disciplinada por esta lei, sem prejuízo do disposto na legislação federal pertinente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se Estação Rádio-Base - ERB o conjunto de instalações que comporta equipamentos de rádio-freqüência, destinado à transmissão de sinais de telecomunicações para cobertura de determinada área.

Art. 3º Consideram-se equipamentos permanentes as torres, postes, antenas e contêineres, assim como as demais instalações que compõem a Estação Rádio-Base.

Art. 4º As Estações Rádio-Base ficam enquadradas na categoria de uso especial E4, podendo ser implantadas em todas as zonas de uso, desde que atendam ao disposto nesta lei.

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Parágrafo Único. Não se aplicam às Estações Rádio-Base o disposto no artigo 46 da Lei nº [8.0018.001](#), de 24 de dezembro de 1973.

Art. 5º O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido em legislação federal para exposição humana.

Capítulo II
DAS RESTRIÇÕES À INSTALAÇÃO

Art. 6º Fica vedada a instalação de Estações Rádio-Base:

I - em presídios, cadeias públicas e FEBEM;

II - em hospitais e postos de saúde;

III - em estabelecimentos educacionais até o ensinomédio, asilos e casas de repouso;

IV - em aeroportos e heliportos quando não autorizada a instalação pelo Comando Aéreo (COMAR);

V - postos de combustíveis;

VI - a uma distância inferior a 100 m (cem metros) de outra torre existente e licenciada pela PMSP.

Parágrafo Único. As Estações Rádio-Base localizadas em um raio de 100 m (cem metros) de hospitais, postos de saúde deverão comprovar, de acordo com a Resolução 303 da

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

ANATEL, ou a que vier substituí-la, antes do funcionamento da ERB, que o índice de radiação resultante da somatória dos índices após o início de funcionamento da mesma, comprovando que a instalação da ERB não ocasionará nenhuma interferência eletromagnética nos equipamentos hospitalares.

Capítulo III
DA INSTALAÇÃO EM ÁREAS PÚBLICAS

Art. 7º Nas áreas públicas municipais a permissão será outorgada por decreto do Executivo, a título precário e oneroso, e formalizada por termo lavrado pelo Departamento Patrimonial da Procuradoria Geral do Município da Secretaria dos Negócios Jurídicos, do qual deverão constar, além das cláusulas convencionais e do atendimento aos parâmetros de ocupação dos bens públicos, bem como às disposições desta lei, as seguintes obrigações do permissionário:

I - iniciar as instalações aprovadas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da lavratura do Termo de Permissão de Uso, executando-as de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB;

II - não realizar qualquer instalação nova ou benfeitoria na área cedida, sem a prévia e expressa aprovação pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB;

III - não utilizar a área cedida para finalidade diversa da aprovada;

IV - não ceder a área a terceiros, exceto nas hipóteses de compartilhamento previstas nesta lei;

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

V - pagar pontualmente a retribuição mensal estipulada;

VI - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes do uso da área, serviços e obras que executar.

Art. 8º A retribuição mensal pelo uso do bem público municipal será calculada pelo Departamento Patrimonial da Procuradoria Geral do Município da Secretaria dos Negócios Jurídicos, de acordo com o valor de mercado de locação do imóvel e a extensão da área cedida.

§ 1º - Quando houver compartilhamento da área entre dois ou mais permissionários, cada um pagará a retribuição mensal proporcionalmente à área ocupada pelo seu equipamento.

§ 2º - O valor da retribuição mensal será reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

§ 3º - Deverá ser efetuada a medição e cobrança de consumo de energia elétrica e água da ERB em bens públicos municipais.

§ 4º - O recolhimento da retribuição mensal será efetuado pelo permissionário em data e local a ser fixado no Termo de Permissão de Uso, e a impontualidade no pagamento acarretará, desde logo, a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nesta lei.

Art. 9º Fica permitida a instalação de repetidores de sinal de telefonia em obras de arte, tais como túneis, viadutos ou similares, competindo à Secretaria de Infra-Estrutura Urbana - SIURB a análise e aprovação do uso no local.

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Parágrafo Único. Compete à SIURB a emissão do Termo de Permissão de Uso e o cálculo do valor a ser cobrado pela utilização do espaço necessário à implantação desses equipamentos.

Capítulo IV
DAS REGRAS DE EDIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 10 - A Estação Rádio-Base deverá atender às seguintes disposições:

I - ser instalada em lotes ou glebas, com frente para a via oficial, com largura igual ou superior a 10,00 m (dez metros);

II - atender ao tamanho mínimo de lote estabelecido para cada zona de uso;

III - apresentar 1 (uma) vaga para estacionamento de veículos, a qual poderá ser alugada;

IV - observar a distância mínima de 100 m (cem metros) entre torres, postes ou similares, mesmo quando houver compartilhamento dessas estruturas, consideradas as já instaladas regularmente e aquelas com pedidos já protocolados;

V - o contêiner ou similar poderá ser implantado no subsolo;

VI - observância, pelo contêiner ou similar que compõe a ERB, do seguintes recuos:

a) de frente e fundo, de 5,00 m;

b) laterais mínimos de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de ambos os lados, para a implantação da sala de equipamentos;

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

VII - para torres, postes ou similares, com até 40,00 m (quarenta metros) de altura, os seguintes recuos:

- a) de frente e fundo: 5,00 m;
- b) laterais: 2,00 m de ambos os lados;

VIII - as torres, postes ou similares, com altura superior a 40,00 m (quarenta metros) e inferior ou igual a 80,00 m (oitenta metros), deverão observar aos recuos estabelecidos no inciso VII acrescidos de 0,10 m (dez centímetros) para cada 1 (um) metro de torre ou poste adicional;

IX - as torres, postes ou similares com altura superior a 80,00 m (oitenta metros), ficarão condicionadas à apresentação de justificativa técnica para a altura desejada e dependerão de diretrizes prévias emitidas pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA, aprovadas pela Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU, para definição dos recuos mínimos necessários à sua compatibilização com o entorno;

X - afixar, no local da instalação, placa de identificação visível com o nome da operadora do sistema, telefone para contato e outras informações exigidas por decreto regulamentador;

XI - (VETADO)

§ 1º - A implantação de ERB deverá ser feita prioritariamente em topo de edifícios, construções e equipamentos mais altos existentes na localidade, desde que com anuência dos condôminos ou proprietários.

§ 2º - Nas ERBs instaladas em topo de edifício não se aplicam o disposto nos incisos I, II, III, IV, VI, VII e VIII do "caput" desse artigo.

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

§ 3º - Nas Zonas Exclusivamente Residenciais - ZER, serão permitidos apenas postes ou similares, ficando vedada a implantação de torres.

§ 4º - Aplica-se o disposto no artigo 39 da Lei nº [8.0018.001](#), de 24 de dezembro de 1973, com a redação dada pelo artigo 1º da Lei nº [9.8469.846](#), de 04 de janeiro de 1985, no tocante às restrições contratuais estabelecidas pelo loteador.

§ 5º - Quando a ERB for implantada em terreno vago, este deverá apresentar no mínimo 15% (quinze por cento) de área permeável.

§ 6º - A aprovação de Estação Rádio-Base em imóveis enquadrados como ZEPEC e em imóveis tombados dependem de prévia anuência dos referidos órgãos.

§ 7º - As instalações que compõem a Estação Rádio-Base não serão consideradas áreas computáveis para fins das disposições da legislação de uso e ocupação do solo, do Código de Obras e Edificações e legislação correlata quando instaladas no topo de edifícios.

Art. 11 - No caso de compartilhamento da mesma estrutura por mais de uma empresa, deverá ser atendido o disposto no artigo anterior.

Parágrafo Único. Por ocasião do protocolamento do processo, deverão ser identificadas todas as empresas que participem do compartilhamento, emitindo-se documentos individuais para cada uma delas.

Art. 12 - Todos os equipamentos que compõem a ERB deverão receber tratamento acústico para que, no receptor, o ruído não ultrapasse os limites máximos permitidos para cada zona de

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

uso, estabelecidos em legislação pertinente, dispondo, também, de tratamento antivibratório, se necessário, de modo a não acarretar incômodo à vizinhança.

Art. 13 - A instalação da ERB em condomínios, vilas e ruas sem saída dependerá de prévia anuência dos condôminos ou proprietários, mediante documento registrado em cartório.

Parágrafo Único. A anuência, em caso de condomínio, será feita de conformidade com o estabelecido pela respectiva convenção.

Capítulo V
DOS PROCEDIMENTOS DE INSTALAÇÃO

Art. 14 - A instalação de Estação Rádio-Base depende da expedição de Alvará de Execução.

Art. 15 - O pedido de Alvará de Execução para instalação de Estação Rádio-Base será apreciado pela SEHAB, devendo ser instruído com o requerimento padrão acompanhado dos seguintes documentos:

I - título de propriedade do imóvel em que a ERB será instalada;

II - cópia da notificação-recibo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do imóvel em que a ERB será instalada;

III - declaração autorizando a instalação assinada pelo proprietário, órgão ou entidade competente;

IV - ata de reunião, registrada em cartório, com anuência dos condôminos, conforme estabelecido em convenção do condomínio;

V - anuência dos moradores no caso de vila e ruas sem saída;

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

VI - plantas contendo a localização de todos os elementos da ERB no imóvel, indicando os parâmetros urbanísticos previstos nesta lei, assinadas por profissionais habilitados, responsáveis pela elaboração do projeto e pela execução da obra;

VII - em caso de ERB implantada em lote em que já exista edificação, documentos que comprovem a regularidade da edificação quanto ao atendimento às posturas municipais;

VIII - comprovação do atendimento aos índices de radiação estabelecidos na Resolução da ANATEL, ou que vier a substituí-la, emitido por profissional habilitado, demonstrando que a totalidade dos índices de radiação não ionizantes (RNI) considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento com a ERB que se pretende instalar não causem riscos ou danos no caso de haver exposição humana;

IX - laudos técnicos dos elementos estruturais da edificação, bem como dos equipamentos que compõem a ERB, atestando a observância das normas técnicas em vigor emitidas por profissional habilitado;

X - anuência dos órgãos competentes nos casos previstos nesta lei;

XI - aprovação do IV Comando Aéreo;

XII - (VETADO)

§ 1º - No caso de ERB localizada no raio de até 100,00 m (cem metros) de hospitais, postos de saúde, a comprovação de emissão de radiação deverá indicar o nível de radiação emitido pelo ambiente, antes do funcionamento da ERB e o índice de radiação resultante da somatória dos índices que serão obtidos

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

após o início de funcionamento da mesma, comprovando que a instalação da ERB não ocasionará nenhuma interferência eletromagnética nos equipamentos médicos e hospitalares e nem lhes causará danos.

§ 2º - O Cálculo Teórico de que trata o parágrafo anterior deverá ser emitido por profissional habilitado, também deverá ser assinado pela operadora do sistema, pelo qual será responsável solidariamente.

§ 3º - A taxa para exame e verificação do projeto de instalação de ERB será de R\$ 100,00 (cem reais), a ser paga no ato do protocolamento do pedido, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

§ 4º - Aplicam-se aos pedidos de alvará de execução para instalação de ERB os procedimentos administrativos previstos no Capítulo IV do Código de Obras e Edificações, Lei nº [11.22811.228](#), de 25 de junho de 1992.

§ 5º - Deverá ser prevista a existência de um sistema de proteção contra descargas atmosféricas que seja independente e exclusivo da Estação Radio-Base.

§ 6º - O projeto apresentado à SEHAB deverá conter medidas de proteção que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas à ERB, devendo o acesso às instalações ser franqueado à fiscalização.

Art. 16 - Após a instalação da Estação Rádio-Base deverá ser requerida a expedição do Certificado de Conclusão, que ficará a cargo da Subprefeitura competente.

§ 1º - O pedido do Certificado de Conclusão será instruído com o requerimento padrão acompanhado de um jogo de plantas

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

aprovado e do alvará de execução para instalação da Estação Rádio-Base.

§ 2º - Aplicam-se aos pedidos de certificado de conclusão de ERB os procedimentos administrativos previstos no Capítulo IV do Código de Obras e Edificações, Lei nº [11.22811.228](#), de 25 de junho de 1992.

§ 3º - A ERB independe de alvará de funcionamento nos termos da legislação municipal em vigor.

Capítulo VI
DA FISCALIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Art. 17 - A ação fiscalizatória da instalação da Estação Rádio-Base, de competência das Subprefeituras, deverá ser desenvolvida de ofício ou mediante notícia de irregularidade, visando verificar o cumprimento da legislação municipal, observado o procedimento ora estabelecido.

~~**Art. 18 -** Constatado o não atendimento às disposições desta lei, os responsáveis ficarão sujeitos às seguintes medidas: I - intimação para regularizar ou retirar o equipamento no prazo de 30 (trinta) dias; II - não atendida a intimação, será lavrada multa administrativa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, renovável a cada 30 (trinta) dias, enquanto perdurar as irregularidades.~~

Art. 18. Constatado o descumprimento das disposições desta lei, os responsáveis ficarão sujeitos às seguintes medidas:

I - intimação para regularizar ou retirar o equipamento no prazo de 30 (trinta) dias;

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

II - não atendida a intimação, será lavrada multa administrativa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, renovável a cada 30 (trinta) dias, enquanto perdurarem as irregularidades. (Redação dada pela Lei nº [1514715147/2010](#))

Art. 19 - Concomitantemente à lavratura da segunda multa, no valor fixado no inciso II do artigo 18 deverão ser adotadas as seguintes providências:

I - expedição de ofício à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, informando sobre o descumprimento, pela empresa concessionária, das disposições da legislação municipal e solicitando a desativação da transmissão dos sinais de telecomunicação, com fundamento no artigo 74 da Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

II - encaminhamento do respectivo processo administrativo ao Departamento Judicial da Procuradoria Geral do Município da Secretaria dos Negócios Jurídicos, com vistas à propositura de ação judicial, ou, na hipótese prevista no artigo 7º desta lei, ao Departamento Patrimonial para as providências de sua competência.

~~**Art. 20** - Na hipótese do infrator não proceder à regularização ou à remoção do equipamento, a Municipalidade deverá adotar as medidas tendentes à sua remoção, cobrando do infrator os custos correlatos, sem prejuízo da aplicação de multas e demais sanções cabíveis.~~

Art. 20. Na hipótese do infrator não proceder à regularização ou à remoção do equipamento, a Prefeitura deverá adotar as medidas tendentes à sua remoção, podendo, inclusive, quando for o caso, contratar serviços especializados para tal finalidade,

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

cobrando do infrator os custos correlatos, sem prejuízo da aplicação de multa e demais sanções cabíveis. (Redação dada pela Lei nº [1514715147/2010](#))

Art. 21 - As notificações e intimações deverão ser endereçadas à sede da operadora, podendo ser enviadas por via postal, com aviso de recebimento.

Capítulo VII
DA FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO

Art. 22 - Compete ao Executivo Municipal a fiscalização do funcionamento das Estações Rádio-Base.

Parágrafo Único. O Poder Executivo regulamentará o procedimento de fiscalização das ERBs e as sanções aplicáveis ao descumprimento dessa lei.

Art. 23 - O Executivo Municipal deverá criar um sistema de informação de localização e funcionamento das ERBs a ser regulamentado em decreto.

Art. 24 - O controle das avaliações de densidade de potência oriundas de radiações eletromagnéticas deverá ser de responsabilidade do Poder Executivo, por meio de medições periódicas.

Art. 25 - O Executivo, por meio da SVMA, deverá elaborar um plano de controle para limitar a exposição da população a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, bem como definir os aspectos a serem desenvolvidos no laudo radiométrico que deve ser apresentado anualmente.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Saúde, diretamente ou por meio de contrato, termo de parceria ou convênio, deverá

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

promover estudos por amostragem acerca da saúde da população com permanência prolongada em ambientes próximos a Estações Rádio-Base.

Art. 26 - O Executivo deverá estimular o compartilhamento das ERBs por mais de uma operadora do sistema, visando diminuir o número de ERBs.

Art. 27 - O controle ambiental de radiação eletromagnética dar-se-á mediante a utilização de Laudo Radiométrico de Conformidade, como instrumento de análise comparativa dos dados fornecidos pelas empresas responsáveis e os monitorados pela SVMA.

Parágrafo Único. A SVMA, para efeito do controle ambiental por meio da análise do Laudo Radiométrico de Conformidade, poderá contratar, estabelecer convênios ou termos de parceria com entidades reconhecidamente capacitadas a respeito da matéria, observada a legislação vigente.

Art. 28 - O não-cumprimento do disposto no artigo 5º desta lei caracteriza crime ambiental, nos termos do artigo 60 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Capítulo

VIII

DA

REGULARIZAÇÃO

Art. 29 - As Estações Rádio-Base instaladas em desconformidade com as disposições desta lei deverão a ela adequar-se no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da publicação do respectivo decreto regulamentar, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, a critério do Executivo. (Vide prorrogação dada pelo Decreto nº ~~46.00346.003~~/2005 nº [46.06746.067](#)/2005)

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Art. 30 - Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação do decreto regulamentar desta lei, para que as Estações Rádio-Base regularmente instaladas apresentem Laudo Radiométrico Teórico comprovando o atendimento dos índices mínimos de emissão de campos eletromagnéticos, conforme o disposto na legislação federal, sob pena de perda do licenciamento e aplicação das penalidades previstas nesta lei.

Art. 31 - Sem prejuízo do atendimento às exigências específicas, estabelecidas para os equipamentos a que se refere o artigo 2º desta lei, a regularização das edificações nas quais estejam eles instalados obedecerá às regras pertinentes previstas na legislação de uso e ocupação do solo, bem como as normas aplicáveis às edificações em geral, dispostas na Lei nº [13.55813.558](#), de 14 de abril de 2003.

§ 1º - Os pedidos de regularização das edificações mencionadas neste artigo deverão ser acompanhados de declaração firmada pelo interessado noticiando a existência dos equipamentos referidos no artigo 2º desta lei, bem como todas as informações referentes à respectiva operadora, sob as penas da lei.

§ 2º - Os procedimentos para a regularização das edificações referidas no "caput" deste artigo são aqueles fixados na Lei nº [13.55813.558](#), de 2003, regulamentada pelo Decreto nº [43.38343.383](#), de 25 de junho de 2003, alterado pelo Decreto nº [43.84943.849](#), de 23 de setembro de 2003.

§ 3º - Fica estabelecido o prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data da regulamentação desta lei, para o protocolamento dos pedidos de regularização das edificações referidas no "caput" deste artigo.

§ 4º - Do Auto de Regularização das edificações aludidas no "caput" deste artigo deverá constar ressalva quanto à

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

regularização ou retirada da ERB no prazo previsto no artigo 29 desta lei, sob pena de cancelamento da regularização concedida.

Capítulo IX
DAS CENTRAIS TELEFÔNICAS

Art. 32 - As edificações destinadas a abrigar central telefônica enquadram-se na categoria de uso especial - E4, sendo permitidas em todas as zonas de uso, devendo ser atendidas as condições previstas para a implantação do uso sujeito a controle especial na respectiva zona.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, considera-se central telefônica o conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de telecomunicação, seus acessórios e periféricos e, quando for o caso, as instalações que os abrigam e complementam, inclusive terminais portáteis, e a respectiva edificação.

§ 2º - No caso de serem ultrapassados os índices máximos previstos na legislação de uso e ocupação do solo, as edificações destinadas a abrigar central telefônica estarão sujeitas ao pagamento de outorga onerosa, nos termos previstos na Lei nº [13.43013.430](#), de 13 de setembro de 2002, que institui o Plano Diretor Estratégico.

§ 3º - São considerados equipamentos as instalações que compõem a central telefônica, tais como sistemas de energia (transformadores, grupo motor gerador, quadros de distribuição de força, retificadores, bancos e baterias), máquinas de pressurização, sistemas de ar condicionado, equipamentos de comutação e transmissão, rádios, esteiras e respectiva cabeação.

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

§ 4º - As edificações destinadas a central telefônica concluídas até 13 de setembro de 2002 poderão ser objeto de regularização, nos termos da Lei nº [13.558/2003](#), de 2003, observado o prazo previsto no parágrafo 3º do artigo 31 desta lei.

Art. 33 - Esta lei deverá ser revista no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 34 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da sua publicação.

Art. 35 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 36 - A aprovação do presente projeto de lei poderá ser feita conforme os ditames previstos na alínea "a", do parágrafo 2º, do artigo 46 da [Lei Orgânica](#) do Município.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 16 de janeiro de 2004, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

ROBERTO LUIZ BORTOLOTTI, Secretário de Infra-Estrutura Urbana

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

IVAN CARLOS MAGLIO, Secretário Municipal de

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Planejamento Urbano - Substituto

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 16 de janeiro de 2004.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

DATA DE PUBLICAÇÃO: 17/01/2004

Na petição inicial e em todas suas demais manifestações no processo, a parte autora, ora embargante, sustenta que a norma extrapolou a competência legislativa municipal, tendo invadido a reserva da União para editar normas sobre telecomunicações e radiodifusão.

Pois bem, peço vênia à Eminente Relatora, pois entendo que o acórdão ora embargado deixou de se manifestar sobre relevante jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL a respeito da matéria.

Efetivamente, ao julgar a ADI 3110, o Plenário entendeu que, tendo norma da União fixado limites proporcionalmente adequados à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, são inválidas as leis estaduais e municipais que versam sobre o mesmo tema, com base na competência legislativa concorrente sobre defesa da saúde.

Eis a ementa do julgado:

“Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL 10.995/2001 DE SÃO PAULO. INSTALAÇÃO DE ANTENAS TRANSMISSORAS DE TELEFONIA CELULAR. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TELECOMUNICAÇÕES. NORMA ESTADUAL EDITADA NO ÂMBITO DA COMPETÊNCIA ESTADUAL DE

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

PROTEÇÃO À SAÚDE. LEI FEDERAL QUE CLARAMENTE REGULAMENTA A MATÉRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA.

1. Nos casos em que a dúvida sobre a competência legislativa recai sobre norma que abrange mais de um tema, deve o intérprete acolher interpretação que não tolha a competência que detêm os entes menores para dispor sobre determinada matéria (presumption against preemption).

2. Porque o federalismo é um instrumento de descentralização política que visa realizar direitos fundamentais, se a lei federal ou estadual claramente indicar, de forma necessária, adequada e razoável, que os efeitos de sua aplicação excluem o poder de complementação que detêm os entes menores (clear statement rule), é possível afastar a presunção de que, no âmbito regional, determinado tema deve ser disciplinado pelo ente maior.

3. A União, no exercício de suas competências (art. 21, XI e art. 22, IV CRFB), editou a Lei 9.472/1997, que, de forma nítida, atribui à Anatel a definição de limites para a tolerância da radiação emitida por antenas transmissoras.

4. A União, por meio da Lei 11.934, fixou limites proporcionalmente adequados à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Precedente.

5. Dessa forma, a presunção de que gozam os entes menores para, nos assuntos de interesse comum e concorrente, legislarem sobre seus respectivos interesses (presumption against preemption) foi nitidamente afastada por norma federal expressa (clear statement rule)

6. É inconstitucional a Lei n. 10.995/2001 do Estado de São Paulo, pois, a pretexto de proteger a saúde da população, disciplinando a instalação de antenas transmissoras de telefonia celular, adentrou na esfera de competência privativa da União.

7. Ação direta julgada procedente.

(ADI 3110, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 04/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-143 DIVULG 09-06-2020 PUBLIC 10-06-2020)''

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Considerando que o acórdão embargado não se pronunciou sobre este importante entendimento, penso ser o caso de acolhimento dos presentes embargos de declaração, a fim de sanar omissão.

Ante o exposto, divirjo da Eminente Ministra Relatora para ACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, COM EFEITOS INFRINGENTES, de modo a dar provimento ao Agravo Interno e ao Recurso Extraordinário da TELCOMP, para julgar inteiramente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ficam prejudicados o Agravo Interno e o RE da Câmara Municipal de São Paulo e de seu Presidente.

É o voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 981.825

PROCED. : SÃO PAULO

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

EMBTE.(S) : TELCOMP - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS PRESTADORAS DE
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES COMPETITIVAS

ADV.(A/S) : LUÍS JUSTINIANO DE ARANTES FERNANDES (2193A/DF) E
OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

ADV.(A/S) : CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER (0155068/SP)

EMBDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Relatora, e Marco Aurélio, que rejeitavam os embargos de declaração; e dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Luiz Fux, que os acolhiam, com efeitos infringentes, pediu vista dos autos o Ministro Luís Roberto Barroso. Primeira Turma, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

Composição: Ministros Rosa Weber (Presidente), Marco Aurélio, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Disponibilizou processo para esta Sessão o Ministro Edson Fachin, não tendo participado do julgamento desse feito o Ministro Alexandre de Moraes por sucedê-lo na Primeira Turma.

Luiz Gustavo Silva Almeida
Secretário da Primeira Turma

30/11/2020

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
981.825 SÃO PAULO**

VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO:

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão da Primeira Turma, assim ementado:

“DIREITO CONSTITUCIONAL E URBANÍSTICO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. TORRE DE TELEFONIA MÓVEL. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. PRECEDENTES. LIMITES. MATÉRIA DISCIPLINADA EM LEGISLAÇÃO FEDERAL. DIREITO PENAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. O entendimento da Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. A Constituição da República confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, neles compreendidos o uso e a ocupação do solo urbano no seu território. A competência constitucional dos Municípios para legislar sobre interesse local não os autoriza a estabelecer normas que veiculem matérias que a própria Constituição atribui à União ou aos Estados. Precedentes. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Agravo

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

regimental conhecido e não provido.” (RE 981.825-AgR-segundo, Relatora Min. Rosa Weber, Primeira Turma)

2. O Embargante reitera, em suma, que a Lei 13.756/2004, do Município de São Paulo, que dispõe acerca da instalação de estação rádio-base no município, extrapolou a competência legislativa municipal e invadiu a reserva da União para editar normas sobre telecomunicações e radiodifusão.

3. Na origem a TELCOMP, ora Embargante, propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça de São Paulo, em face da Lei 13.756/2004, aduzindo a inconstitucionalidade formal da norma em razão da invasão de competência da União bem como, subsidiariamente, a inconstitucionalidade material, por violação da proporcionalidade, de diversos dispositivos, os quais tratavam dos seguintes temas: (i) instalação de Estações Rádio-Base em áreas públicas, (ii) parâmetros práticos e técnicos relativamente aos imóveis nos quais as antenas serão instaladas, (iii) procedimentos de instalação, (iv) possibilidade de fiscalização por parte do Município e (v) parâmetros para a regularização.

4. O acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou a ação parcialmente procedente. Veja-se a respectiva ementa:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal nº 13.756, de 16 de janeiro de 2001, de São Paulo, que dispõe sobre a instalação e o funcionamento, no município de São Paulo, de postes, torres, antenas, contêineres e demais equipamentos que compõem os Estações Rádio Base, destinadas à operação de serviços de telecomunicações”. 2 - PRELIMINARES. 2.1 . Ilegitimidade de porte. Rejeição. O STF Id decidiu (no caso específico da TELCOM) que essa entidade de classe "possui t Legitimidade oca ajuizar ação direto de L

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

inconstitucionalidade objetivando a defesa das pessoas jurídicas que a integram" (ADI no 4.739 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, (07/02/2013). E uma vez que a matéria em discussão nestes autos, tal como naquele processo, guarda pertinência temática com as finalidades da entidade, fico reconhecido a legitimidade desse interessado puro deflagrar o controle normativo abstrato, com consequente afastamento do preliminar. 2.2. Impossibilidade jurídica do pedido. Rejeição. Embora a petição inicial, em alguns tópicos, sustente a inconstitucionalidade da lei municipal em face da Constituição Federal (art. 22, inciso IV), a matéria pode ser conhecida no âmbito da Justiça Estadual com apoio no artigo 1º da Constituição Paulista. Precedentes deste C. órgão Especial. 3. MÉRITO. 3.1 . ALEGACÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DO PACTO FEDERATIVO. **Procedência parcial. Reconhecimento de vício de inconstitucionalidade em relação aos dispositivos que cuidam do tema referente ao funcionamento das Estações Rádio Base (por ofensa à norma do art. 22, inciso I, da Constituição Federal e art. 144 da Constituição Estadual), porque essa matéria, de competência exclusiva da União, está disciplinado pelos Leis Federais nº 9.172/1997 e no 11931/2009 e por Resoluções do ANATEL, inclusive com previsão de aplicação de multa em caso de violação das normas, não sobrando espaço, portanto, para legislação suplementar (art. 30, inciso I) ou para disciplina de assunto predominantemente local nesse caso (art. 30, inciso II, CF).** Como ficou decidido no ADIN no 3.080-9/5C (Rel. Min. Ellen Gracie, i. 02/08/2001), é pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade de normas estaduais que tenham como objeto matérias de competência Legislativa privativa da União: ADINS no 2.815, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (propaganda comercial), no 2.796- A, Rel. Min. Gilmar Mendes (trânsito), no 1.918, Rel. Min. Mauricio Corrêa (propriedade e intervenção no domínio econômico), no 1.7Q4, Rel. Min. Carlos Velloso (trânsito), no 953, Rel. Min. Ellen Gracie (relações de trabalho), no 2.336, Rel. Min. Nelson Jobim (direito processual), no 2.061,

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

Rel. Min. Maurício Corrêa (trânsito) e no 329, Rel. Min. Ellen Gracie (atividades nucleares). Em caso similar, envolvendo discussão sobre fiscalização de atividade nuclear, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade de lei do Estado de São Paulo que disciplinava a matéria proclamando que a despeito da justa preocupação do Legislador estadual na proteção da população e do meio ambiente "é inconstitucional norma estadual que dispõe sobre atividades relacionadas ao setor nuclear no âmbito regional, por violação da competência da União para legislar sobre atividades nucleares, na qual se inclui a competência para fiscalizar a execução dessas atividades e legislar sobre a referida fiscalização" (ADIN no 1.575/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, i. 07/01/2010). 3.2 - **Reconhecimento de inconstitucionalidade, também, do art. 28, porque esse dispositivo, ao dispor que o não cumprimento do disposto no art. 5º caracteriza crime ambiental, usurpou a competência da União para legislar sobre direito penal, ofendendo o art. 22, inciso I, da Constituição Federal e o art. 144 da Constituição Paulista.** 3.3. Deve ser reconhecida, entretanto, a constitucionalidade dos artigos 25 e 26, porque embora estejam enquadrados no Capítulo VII, referente ao funcionamento das Estações Rádio Base, esses dispositivos não interferem em matéria de telecomunicações, constituindo, na verdade, regra de proteção à saúde da população e ao meio ambiente, sem conflito com normas de Legislação federal. 3. Os demais artigos da lei impugnada regulam matéria de competência municipal com propósito de promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (art. 30, inciso VIII, da Constituição Federal), daí o reconhecimento de constitucionalidade desses dispositivos, referentes às restrições da insolação (Capítulo II), instalações em áreas públicas (Capítulo III), às regras de edificação, uso e ocupação do solo (Capítulo IV), dos procedimentos de instalação (Capítulo V) e à fiscalização da instalação (Capítulo VI). O Supremo Tribunal Federal decidiu nesse sentido, proclamando

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

que o texto constitucional não impede a edição de Legislação estadual ou municipal que sem ter como objeto principal a prestação dos serviços de telecomunicações acabe por produzir algum impacto na atividade desempenhada pelas concessionárias de serviço público federal. As leis estaduais concernentes ao ICMS, o incidir sobre a atividade de telecomunicações e a Legislação municipal atinente ao uso do solo, de crucial importância na colocação de antenas e formação de redes, chegam a afetar a execução dos serviços, mas não revelam inconstitucionalidade formal" (ADI 1739 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, i. 01/02/2013). Também não há falar-se em inconstitucionalidade do art. 18 da Lei impugnado, mesmo com o alteração introduzida pela Lei no 15.147/2010, que elevou o valor da multa (em caso de violação do norma) de R\$ 6.000,00 para R\$ 100.000,00, uma vez que na fixação do penalidade, visando impedir situações de irregularidade, o Legislador pode adotar como parâmetro poro garantir efetividade àquele objetivo específico c capacidade econômica do autuado, lembrando-se: apenas a título de exemplo, que no esfera federal , em caso de empresas de telecomunicações, essa multa pode alcançar o valor de R\$ 50.000.000,00 (art. 1 79 da Lei 9.472, de 16 de julho de 1 997). Ainda a título de exemplo, anote-se que o Superior Tribunos de Justiça já decidiu que a multa possui o objetivo de competir o devedor o fazer ou deixar de fazer algo, motivo pelo qual pode ser aumentado caso seu valor não seja suficiente poro obrigar o devedor o cumprir a decisão" (REsp 1.185.265). **Reconhecimento de inconstitucionalidade apenas dos artigos 22, 23, 26, 27 e 28 da Lei nº 13.756, de 16 de janeiro de 2001, bem como do expresse e o funcionamento" contido no art. 1º. Ação julgada procedente em parte."**

5. Observe-se que o TJSP, ao julgar a ação parcialmente procedente, decidiu o seguinte: (i) quanto ao pedido de reconhecimento de inconstitucionalidade por violação ao princípio do pacto federativo, em razão da invasão de competência da União, entendeu procedente apenas quanto aos dispositivos **que cuidam do tema referente ao**

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

funcionamento das Estações Rádio Base, contidos no Capítulo VII da referida Lei; e (ii) quanto aos pedidos de inconstitucionalidade por violação à proporcionalidade, julgou improcedentes os pedidos.

6. A Câmara Municipal de São Paulo interpôs Recurso Extraordinário, alegando violação ao disposto nos art. 23, VI, 24, 30, I, II e VII, 103, IX, 170, VI, e 182, todos da Constituição Federal, aduzindo, em suma, que os artigos declarados inconstitucionais pelo TJSP não invadem a competência legislativa exclusiva da União, mas resultam do regular exercício do direito do Município de legislar sobre direito ambiental e urbanístico.

7. A TELCOMP, por sua vez, interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Reiterou, no extraordinário, a inconstitucionalidade formal da norma por invasão da competência legislativa exclusiva da União, e a inconstitucionalidade material por violação à proporcionalidade. Aduziu violados os arts. 5º, XXXVI, 21, XI, 22, IV, 30, I, II e VIII, 93, IX, e 125, § 2º, da Constituição Federal.

8. Negado seguimento ao Recurso Especial da TELCOMP, os extraordinários foram distribuídos à Ministra Rosa Weber, que lhes negou seguimento no mérito, aduzindo que *“o entendimento adotado no acórdão recorrido não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a matéria relativa à instalação de torres de telefonia celular está inserida na competência legislativa municipal para disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano (...) esta Suprema Corte já decidiu que a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local não afasta a incidência das normas estaduais e federais expedidas com base na competência concorrente. Na espécie, a matéria encontra-se disciplinada nas Leis 9.472/1997 e 11.934/2009, bem como por resoluções da Anatel”*.

9. Interpostos Agravos Regimentais, foram eles julgados improcedentes pela Primeira Turma, por maioria, nos termos do voto da

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

relatora. A TELCOMP interpôs então embargos de declaração, em 26/11/2019, pugnando pelo esclarecimento de omissões e contradições mas, em última instância, buscando efeitos infringentes.

10. Posteriormente, em 12.08.2020, e em razão da finalização do julgamento, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, das ADIs 2.902 e 3.110, a Embargante apresentou petição solicitando que, no âmbito dos embargos pendentes de apreciação, fosse adequado o entendimento da Turma ao do Plenário, definido no julgamento das citadas ações diretas.

11. A Ministra Relatora rejeitou os embargos, no que foi acompanhada pelo e. Min. Marco Aurélio. O Ministro Alexandre de Moraes abriu divergência, para acolher os embargos com efeitos infringentes *“de modo a dar provimento ao Agravo Interno e ao Recurso Extraordinário da TELCOMP, para julgar inteiramente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade”*, no que foi acompanhado pelo Min. Luiz Fux.

12. Diante do impasse, pedi vista dos autos para melhor analisar a controvérsia. Feito o relatório, passo a votar.

13. Assiste razão à Embargante. Em recente pronunciamento, o plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ADI 3.110, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 10.995/2001, do Estado de São Paulo, que estabeleceu condições para a instalação de antenas transmissoras de telefonia celular, por adentrar à esfera de competência privativa da União (art. 22, IV, da CF). Veja-se o teor da ementa:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL 10.995/2001 DE SÃO PAULO. INSTALAÇÃO DE ANTENAS TRANSMISSORAS DE TELEFONIA CELULAR. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TELECOMUNICAÇÕES. NORMA ESTADUAL

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

EDITADA NO ÂMBITO DA COMPETÊNCIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO À SAÚDE. LEI FEDERAL QUE CLARAMENTE REGULAMENTA A MATÉRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA. 1. Nos casos em que a dúvida sobre a competência legislativa recai sobre norma que abrange mais de um tema, deve o intérprete acolher interpretação que não tolha a competência que detêm os entes menores para dispor sobre determinada matéria (*presumption against preemption*). 2. Porque o federalismo é um instrumento de descentralização política que visa realizar direitos fundamentais, se a lei federal ou estadual claramente indicar, de forma necessária, adequada e razoável, que os efeitos de sua aplicação excluem o poder de complementação que detêm os entes menores (*clear statement rule*), é possível afastar a presunção de que, no âmbito regional, determinado tema deve ser disciplinado pelo ente maior. 3. A União, no exercício de suas competências (art. 21, XI e art. 22, IV, CRFB), editou a Lei 9.472/1997, que, de forma nítida, atribui à Anatel a definição de limites para a tolerância da radiação emitida por antenas transmissoras. 4. A União, por meio da Lei 11.934, fixou limites proporcionalmente adequados à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Precedente. 5. Dessa forma, a presunção de que gozam os entes menores para, nos assuntos de interesse comum e concorrente, legislarem sobre seus respectivos interesses (*presumption against preemption*) foi nitidamente afastada por norma federal expressa (*clear statement rule*) 6. É inconstitucional a Lei n. 10.995/2001 do Estado de São Paulo, pois, a pretexto de proteger a saúde da população, disciplinando a instalação de antenas transmissoras de telefonia celular, adentrou na esfera de competência privativa da União. 7. Ação direta julgada procedente”.

14. O acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não está alinhado com o recente entendimento firmado por esta Corte, na medida em que reconhece a constitucionalidade da maior parte da Lei 13.756/2004, sob o argumento de que “os demais artigos da lei

RE 981825 AGR-SEGUNDO-ED / SP

impugnada regulam matéria de competência municipal com propósito de promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e do ocupação do solo urbano (art. 30, inciso VIII, da Constituição Federal), daí o reconhecimento de constitucionalidade desses dispositivos, referentes às restrições da instalação (Capítulo II), instalações em áreas públicas (Capítulo III), às regras de edificação, uso e ocupação do solo (Capítulo IV), dos procedimentos de instalação (Capítulo V) e à fiscalização do instalação (Capítulo VI)".

15. Consoante apontado pela Embargante, o debate trazido no recurso extraordinário interposto, em que se questiona o estabelecimento de critérios e condições para instalação de Estações de Rádio Base (ERBs), constante das Lei 13.756/2004, é alcançado pela decisão proferida na ADI 3.110. O acórdão do tribunal de origem, ao reputar válidas normas locais com restrições e vedações à instalação de estações de telefonia, dissentiu do entendimento firmado por este Supremo Tribunal Federal.

16. Diante do exposto, acompanho a divergência aberta pelo Min. Alexandre de Moraes e acolho os embargos de declaração, dando-lhe efeitos infringentes, para prover o recurso extraordinário da TELCOMP e reconhecer a inconstitucionalidade da Lei nº 13.756/2004, do Município de São Paulo.

17. É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 981.825

PROCED. : SÃO PAULO

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

EMBTE.(S) : TELCOMP - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS PRESTADORAS DE
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES COMPETITIVAS

ADV.(A/S) : LUÍS JUSTINIANO DE ARANTES FERNANDES (2193A/DF) E
OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

ADV.(A/S) : CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER (0155068/SP)

EMBDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Relatora, e Marco Aurélio, que rejeitavam os embargos de declaração; e dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Luiz Fux, que os acolhiam, com efeitos infringentes, pediu vista dos autos o Ministro Luís Roberto Barroso. Primeira Turma, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

Decisão: A Turma, por maioria, acolheu os embargos de declaração com efeitos infringentes, de modo a dar provimento ao agravo interno e ao Recurso Extraordinário da TELCOMP, para julgar inteiramente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade; ficam prejudicados o agravo interno e recurso extraordinário da Camara Municipal de São Paulo e de seu presidente, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Rosa Weber, Relatora, e Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 20.11.2020 a 27.11.2020.

Composição: Ministros Rosa Weber (Presidente), Marco Aurélio, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Luiz Gustavo Silva Almeida
Secretário da Primeira Turma